

Planalto esclarece o veto em nota oficial

O Palácio do Planalto distribuiu, ontem, nota oficial à imprensa através da qual assegura que a razão do veto do presidente José Sarney ao artigo 8º da Lei Eleitoral teve como base “o fundamento constitucional de que não podia impor condições retroativas”.

A nota diz ainda que “são falsos e não correspondem aos fatos, o noticiário e afirmações movidas por outros interesses”. Os jornais têm publicado que o presidente Sarney teria vetado o referido artigo para que fosse possível criar um fato novo na sucessão presidencial. O que não dizem, segundo observou uma fonte palaciana, é que, além do empresário Sílvio Santos, beneficiaram-se com o veto ao artigo 8º da Lei Eleitoral várias pessoas.

Entre elas, o senador José Paulo Bisol, que era do PSDB passou para o PSB e é o vice da chapa do PT; o senador Almir Gabriel, que era do PMDB e passou para o PSDB e é o vice do candidato Mário Covas e, finalmente, o ex-presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, que era do PSDB e passou para o PSD de Ronaldo Caiado, também vice na chapa.

É o seguinte o texto da nota oficial:

“Em face do noticiário sobre o veto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao arti-

go oitavo da Lei 7.773, de 8 de junho de 1989, cabem os seguintes esclarecimentos:

1. A razão do veto foi o fundamento constitucional de que o texto legal não podia impor condições retroativas. Ocorria que o referido artigo estabelecia como data-limite de filiação partidária o dia 15 de maio, que já havia passado quando a lei teve vigência a partir de 9 de junho, ou seja, vinte e cinco dias depois.

2. O encaminamento da votação ao veto ao artigo oitavo mereceu apoio da maioria absoluta das lideranças partidárias em exercício no Congresso Nacional, que manteve o veto na sessão do dia 28 de junho de 1989.

3. Acordaram então as lideranças em inserir no texto do Projeto de Lei 3.121/89, dispositivo que define o prazo de filiação partidária para eleição presidencial.

4. Assim, são falsos e não correspondem aos fatos o noticiário e afirmações movidas por outros i o n t r e s s e s .

Também o líder do Governo na Câmara, Luís Roberto Ponte, se manifestou ontem, considerando “ignóbil” a acusação contra Sarney. “O Congresso votou e aceitou o veto. Foi feita uma nova lei, mas o Senado engavetou-a, sem votar”, esclareceu, acrescentando que “dói ver parlamentares sérios agora distorcendo os fatos”.